



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão
Coordenação-Geral de Simplificação Administrativa

CONSULTORIA EXECUTIVA SIMPLIFICA

SPU – PRODUTO 2.6

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À PORTARIA SPU/MPOG Nº 404/2012

Proposta de alteração da minuta de substituição da Portaria 404 para possibilitar a cobrança pela utilização da área, independentemente da tramitação processual e da existência de contrato de concessão de uso.

SUMÁRIO

O quê

A SPU passará a cobrar a remuneração devida pela utilização da área como condição e em paralelo à tramitação do processo de requerimento de cessão de uso.

Como

- ✓ Alteração da minuta que irá substituir a Portaria 404 para viabilizar a cobrança imediata do preço público pela utilização da área a partir da data inicial de ocupação, independentemente da conclusão de processo de regularização e da existência de contrato.
- ✓ Permitir o parcelamento do retroativo em até 60 meses.
- ✓ Prever um bônus (desconto progressivo no pagamento nos 6 primeiros meses de ocupação) para a regularização espontânea em até 24 meses da ocupação irregular.
- ✓ Caso a ocupação seja considerada irregular, a cobrança relativa à utilização do imóvel se converterá em pagamento de multa.

Resumo da justificativa

- ✓ A cobrança pela ocupação de imóvel ou bem sob guarda da União independe da regularização do imóvel, já que decorre da mera ocupação da área.
- ✓ Ainda que a ocupação venha a ser considerada irregular, serão devidas as multas e o preço público relativos à ocupação indevida.
- ✓ Portanto, a cobrança pela ocupação da área deve ser imediata, sendo iniciada assim que a Administração tomar conhecimento da ocupação, e incluir os valores referentes a todo o período prévio de ocupação, ainda que irregular.

Fundamentos jurídicos

- ✓ Lei nº 9636/98.
- ✓ Art. 18, § 2º e § 5º
- ✓ Art. 42, § 1º e § 2º.

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO (MINUTA)

Incluir os seguintes parágrafos no artigo 16 da minuta.

"Art. 16. As estruturas náuticas irregulares, existentes ou em instalação, deverão requerer sua regularização, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei."

Nova redação para o § 1º:

§ 1º Durante a tramitação do processo de regularização previsto no *caput*, estarão suspensas as autuações; *(redação alterada para eliminar menção a um prazo inexistente no caput)*

Inclusão dos parágrafos 4º a 10:

§ 4º O responsável pela estrutura náutica deverá providenciar o pagamento das retribuições pelo uso exclusivo da área devidas entre a data da ocupação e o pedido de cessão de uso onerosa da área ocupada sem autorização prévia, como condição para o prosseguimento do processo, podendo o montante ser parcelado no prazo de até 60 (sessenta) meses".

§ 5º O responsável pela estrutura náutica irregular fica obrigado, ainda, a arcar com as retribuições devidas entre a data do pedido de regularização e a assinatura do contrato de cessão de uso onerosa.

§ 6º Para o disposto neste artigo, o responsável pela estrutura náutica irregular deverá:

I - declarar, sob as penas da Lei, a data de início do aterro ou da obra irregular;

II - manifestar ciência de que a cobrança da retribuição pela ocupação da área:

- a) não equivale nem assegura a regularização da ocupação; e
- b) será convertida em pagamento de multas pela ocupação irregular, no caso de indeferimento do pedido.

§ 7º A não concordância pelo interessado em relação ao disposto neste artigo resultará no imediato indeferimento do pedido de regularização, aplicando-se o disposto no § 3º deste artigo.

§ 8º Em relação aos valores previstos no parágrafo quarto deste artigo, serão concedidos os seguintes descontos para o interessado que solicitar a regularização, espontaneamente, de ocupação irregular com empreendimento sem fins lucrativos:

I - 50% (cinquenta por cento) da retribuição devida pela ocupação da área pelos 6 (seis) primeiros meses quando o pedido de regularização for encaminhado em até 6 (seis) meses do início da ocupação;

II - 40% (quarenta por cento) da retribuição devida pela ocupação irregular dos primeiros 6 (seis) meses de ocupação, quando o pedido de regularização for encaminhado com mais de 6 (seis) meses e menos de 12 (doze) meses do início da ocupação;

III - 30% (trinta por cento) da retribuição devida pela ocupação irregular dos primeiros 6 (seis) meses de ocupação, quando o pedido de regularização for encaminhado com mais de 12 (doze) meses e menos de 18 (dezoito) meses do início da ocupação; e

IV - 20% (vinte por cento) da retribuição devida pela ocupação irregular dos primeiros 6 (seis) meses de ocupação, quando o pedido de regularização for encaminhado com mais de 18 (dezoito meses) e menos de 24 (vinte e quatro) meses do início da ocupação;

§ 9º O desconto previsto no inciso I do parágrafo oitavo deste artigo será concedido também para os pedidos de cessão de espaços físicos em águas públicas para implantação de estrutura náutica sem fins lucrativos quando não houver carência.

§ 10 Os descontos do parágrafo oitavo deste artigo serão revogados, sendo devido o pagamento dos valores descontados, se o pedido de cessão de uso ou de regularização for indeferido.